



# Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

## 1. Informações Gerais

<b>Data:</b> 15/06/2022	<b>Horário:</b> 14h	<b>Local:</b> remota-teams
<b>Participantes/Representantes:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Dra. Dayse Starling Motta – Juíza Auxiliar da Presidência, Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;</li><li>• Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral;</li><li>• Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;</li><li>• Raquel Wanderley da Cunha Chaussé - Secretária de Gestão de Pessoas (SGP);</li><li>• Thiago de Andrade Vieira – Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI)</li><li>• Dr. Fernando Mello - Juíz Auxiliar da Presidência - DMF</li><li>• Alessandra Cristina de Jesus Teixeira – Assessora-Chefe do Gabinete da Corregedoria;</li><li>• Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP.</li></ul>		
<b>Facilitador</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ/DGE.</li></ul>		
<b>Equipe Técnica</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional.</li></ul>		



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### Presentes:

Alex Lemos Salgado	SEÇÃO DE GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES
Alexandre Silva Leles	SECRETARIA PROCESSUAL
Antonio Augusto Silva Martins	DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS
Arthur Dias Avelino	DIVISÃO DE APOIO À GOVERNANÇA E INOVAÇÃO DA DIRETORIA-GERAL
Benildo	SEÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS
Bruno Cesar de Oliveira Lopes	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Daniele Smidt Frischknecht	SEÇÃO DE APOIO À GOVERNANÇA DE SUSTENTABILIDADE
Diogo Albuquerque Ferreira	CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO
Dorotheo Barbosa Neto	PRESIDÊNCIA
Eduarda Trigueiro Mendes de Carvalho	SEÇÃO DE SELEÇÃO E GESTÃO DE DESEMPENHO
Erika Teixeira Guimarães	ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS
Evandro Silva Gomes	SECRETARIA DE AUDITORIA
Felipe Resende Sabino	SECRETARIA DE AUDITORIA
Fernanda Fleury Brandão	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Flávio Feitosa Costa	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
Gabriela Moreira de Azevedo Soares	DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS
Gabriela Teixeira da Cunha Lobo	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Igor Caires Machado	ESCRITÓRIO CORPORATIVO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS
Igor Guimarães Pedreira	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO
João Victor Ferreira Gondim	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Jônathas Seixas de Oliveira	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Jordana Maria Ferreira de Lima	GABINETE VAGA 1 ADVOGADO
Jorge Luiz Manfroi	COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO
Juli Alves da Silva	SERVIÇO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
Luiz Octavio Carvalho Penna	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO
Marina Brazil Bonani	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Marta Maria Ferreira Azevedo	SECRETARIA DE AUDITORIA
Mateus Fidelis Marinho Maia	DIRETORIA-GERAL
Matias Davis Escalante	DIRETORIA-GERAL



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Mayara Miranda	DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO
Meg Gomes Martins de Ávila	SERVIÇO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
Natascha Barreto de Almeida Rangel	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Neuma Christina Lopes Nunes	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Pedro Farage Assunção	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Priscila Alberti Leite	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Renata Chiarinelli Laurino	DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO
Ricardo Paz de Lima Araújo	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Sérgio Peçanha da Silva Coletto	DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO
Thaislana Marina Lima dos Santos	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Verônica Fiuza Carvalho	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Werne Silva	SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
Wilfredo Enrique Pires Pacheco	DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS

## 2. Objetivos da reunião

Apresentar o desempenho dos indicadores e projetos institucionais referente ao período de janeiro a abril de 2022; apresentar resultados em destaque; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas no cumprimento das metas; identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ.

## 3. Pauta

- Divulgação do panorama geral dos resultados dos indicadores e dos projetos institucionais de janeiro a abril de 2022;
- Apresentação dos resultados dos indicadores e projetos institucionais, bem como resultados em destaque e possíveis dificuldades e soluções;
- Apresentação do Monitoramento dos projetos institucionais.

## 4. Abertura



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux realizou a abertura dos trabalhos e discorreu sobre:

- A importância do planejamento, planos e metas estratégicos na Administração Pública;
- O sepultamento da era analógica, o resplandecer da era digital e a necessidade de a justiça também ser digital;
- A gestão estratégica como um dos pilares do CNJ e os 4 eixos de gestão, os quais estão alinhados à estratégia nacional do Poder Judiciário e ao plano Estratégico do CNJ;
- A importância da integração das informações entre os indicadores de desempenho e os projetos institucionais;
- A relevância da participação ativa de todos ao longo dos debates do encontro, considerando que o êxito de um planejamento estratégico deve passar pelo acompanhamento dos resultados, para que os problemas sejam identificados e tempestivamente resolvidos.

Dra. Dayse Starling Motta abriu a reunião, pontuando que este foi o último encontro da gestão do Ministro Fux, que esta gestão enfrentou os obstáculos da pandemia e participou da elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026. Ressaltou ainda:

- A importância do diálogo e do constante contato entre o DGE e as unidades para avançar com mais facilidade nas metas propostas e executar com êxito as ações e projetos apresentados;
- A preocupação de fortalecer e aprimorar a gestão de políticas judiciárias, de materializar os eixos de gestão e de dar continuidade aos projetos em execução;
- A existência de pontos que requerem um olhar mais atento no período de análise em questão, apesar de ter havido casos exitosos em sua maioria.

Por fim, assinalou que dos 18 objetivos estratégicos constantes do CNJ, 10 estão com indicativo de boa execução, 7 com atenção, sendo apenas 1 não implementado, o que demonstra que estamos no caminho certo.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Na sequência, Dr. Johanness mencionou que a RAE é um momento institucional importante para compreensão do que o CNJ realiza e ressaltou que este é um espaço importante para a gestão da governança do órgão.

### 5. Apresentações

Adilson Medeiros informou que o painel de monitoramento da estratégia está disponível no Portal do CNJ e na Intranet e apresentou os resultados no referido instrumento: dos 18 objetivos estratégicos, 10 foram atingidos, 7 foram parcialmente atingidos e apenas 1 não foi mensurado (será mensurado no segundo semestre de 2022). Dos 40 indicadores, 22 foram cumpridos, 9 estavam fora do período de mensuração, 3 parcialmente cumpridos, 5 não cumpridos e 1 não mensurado. Esclareceu que em torno de 80% tiveram bom desempenho, se somados os cumpridos e parcialmente cumpridos. Sobre os projetos institucionais, informou que, em 2022, foram 26 constantes no planejamento estratégico e que 13 foram cumpridos, 4 concluídos, 7 parcialmente cumpridos, e 2 não cumpridos. Explicou a diferença entre concluídos e cumpridos: concluídos foram finalizados e cumpridos tiveram as etapas previstas no período realizadas. Concluiu explicando que 93% dos projetos estão com bom desempenho, considerando os somatórios.

#### 5.1 Departamento de Gestão Estratégica - DGE

Fabiana Gomes discorreu sobre os desafios referentes ao Indicador 6: Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais, sobre o qual o DGE não possui ação direta, mas sim uma coordenação indireta. No planejamento estratégico do CNJ, foi instituído o objetivo de aperfeiçoamento de mecanismos de monitoramento das políticas judiciárias nacionais. Considerando a relevância do CNJ como órgão de governança e de elaboração dessas políticas públicas, há 2 indicadores que monitoram o desempenho desse objetivo estratégico: neste caso, o indicador 6 não está sendo cumprido (a meta para este ano é de 30%, sendo cumpridos 17%). Das 29 políticas programáticas em execução, 5 possuem algum plano de ação, demonstrando que não há um planejamento mínimo. Diante disso, ressaltou que o DGE está realizando um trabalho para melhorar a governança da gestão de políticas judiciárias



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

nacionais, na tentativa de mensurar o impacto e os resultados advindos das políticas. É importante que os gestores de políticas observem o guia de políticas judiciais e o fluxo de processos, que são ferramentas disponibilizadas pelo DGE para que o CNJ possa cumprir a meta estipulada para este ano. Por fim, pontuou que, considerando que os gabinetes de Conselheiros são os principais responsáveis pelas políticas, é fundamental que os chefes de gabinete também participem da RAE.

### **5.2 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP**

Raquel Cunha Chaussé, ao falar sobre os índices de capacitação de servidores e de gestores, pontuou que desde o planejamento e a aprovação dos percentuais e das metas era sabido que haveria dificuldades de cumprimento desses indicadores. Há 2 fatores que impactam nos resultados: (1) houve significativa diminuição da equipe da Seção de Educação Corporativa – SEDUC, o que prejudica a oferta de cursos, pois não há pessoas suficientes para gerenciar as atividades, (2) servidores estão sem tempo para realizar capacitações durante a jornada de trabalho. Ademais, a SGP percebeu uma queda em cursos síncronos (realizados simultaneamente por professor e alunos, havendo interação entre ambos.). Assim, para este ano, projetaram a oferta de cursos assíncronos (não ocorrem ao vivo, e sim por gravações, não havendo interações em tempo real), de forma a adequá-los à realidade atual do CNJ. Sinalizou a importância de os gestores e servidores estarem atentos ao memorando-circular, onde divulgaram os cursos assíncronos, os quais foram desenvolvidos especialmente ao público do CNJ (gestores, substitutos e servidores em geral): gestão de equipes, gestão de conflitos e gestão da mudança. Dessa forma, observaram que houve um aumento significativo das participações, havendo mais de 110 inscritos nas capacitações.

### **5.2 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI)**

Thiago de Andrade Vieira reportou-se ao Indicador 18: Índice de serviços críticos com gestão de riscos como sendo de suma importância e relatou que há uma preocupação a nível de gestão e governança sobre o tema, uma vez que provêm soluções de tecnologia e serviços para todo o Poder Judiciário, sendo necessário estar atentos



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

aos riscos envolvidos. Nessa linha, em 2021, o DTI definiu uma meta um pouco menos singela para este indicador, haja vista que havia a necessidade de desenvolver processos de trabalhos mais robustos e, à época, a contratação de apoio ferramental para suportar as operações ainda estavam em processo de concepção, elaboração ou licitação. Conseguiram avançar, fechar as contratações, definir como seria feito o processo de gestão de riscos, ultrapassando a meta estabelecida. Estão analisando, em conjunto com o DGE o refinamento do indicador, em busca de uma realidade mais próxima e desafiadora.

### 5.3 Departamento de Monitoramento e Fiscalização

Dr. Fernando Mello discorreu sobre as entregas do DMF vinculadas ao indicador 14: Índice de implementação das iniciativas que Promovem os Direitos de Cidadania. As entregas apuradas até o mês de abril indicam o cumprimento de 36,5%, superando a meta estipulada para o período. Esse indicador é formado por 5 resultados que correspondem, respectivamente, aos seguintes percentuais que perfazem o atingimento da meta anual: (1) Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU: 30%, dos quais já foram cumpridos 9%; (2) Identificação e Documentação da População Prisional: 20%, dos quais cumpridos 10%; (3) Audiências de Custódia, Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica: 20%, cumpridos 2,4%; (4) Fomento ao Trabalho e Renda no Sistema Prisional e Atenção às Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas, 15% dos quais foram cumpridos 8,75% e (5) Fortalecimento e Qualificação do Sistema Socioeducativo, 15%, cumpridos 6,9%. Ressaltou que esses números, em termos concretos, em relação à identificação e documentação civil da população privada de liberdade, 8 estados já iniciaram a implementação dessa ação. Há 5.800 kits de biometria de identificação distribuídos pelo país e mais de 7,5 mil registros de protocolos concluídos nessa coleta. Em relação ao SEEU, o sistema foi implantado em 34 tribunais, houve 2.838 evoluções do sistema realizadas e há 1.332.616 execuções penais em tramitação. Quanto às ações de cidadania nos presídios, 35 unidades do escritório social foram implantadas, 106 bolsas de estudos ofertadas, 5 mil downloads do aplicativo do escritório social virtual realizados e 6 redes de atenção às Pessoas Egressas implantadas.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

No que tange ao sistema socioeducativo, foram localizadas 10 unidades da Federação com a instalação de centrais de vagas: 7 com centrais de pós medidas socioeducativas e 8 com audiências concentradas em andamento. Em relação à porta de entrada do sistema prisional, há 21 capitais com atendimento às pessoas custodiadas, 5 centrais de alternativas penais implantadas.

### 5.4 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, explanou que dos 4 indicadores, 1 não foi possível mensurar, mas que possivelmente será mensurado na próxima medição.

**Indicador 11:** Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correções. Não foi mensurado. O DPJ desenvolveu um painel estatístico para que a CN selecione, com base em estatísticas e análise qualificada, as unidades que devem ser inspecionadas. Até pouco tempo, essa análise era feita via Excel, o que demandava um trabalho maior, pois não é automatizado. Apesar do painel já estar pronto, ainda estão em fase de saneamento de base de dados e os tribunais ainda estão retificando algumas informações. **Indicador 2:** Índice de execução do plano de acompanhamento das unidades judiciais. Nas visitas judiciais de 1º e 2º grau, a CN identifica as unidades que possuem dificuldade de acervo, gestão e de cumprimento de metas. Nesse sentido, a CN presta apoio não somente para a questão do monitoramento, mas também para auxiliar com uma consultoria, principalmente nos aspectos relacionados à gestão. Esses programas de acompanhamento (que acontecem mediante a aprovação dos relatórios de inspeção pelo plenário) são diretrizes estratégicas de 2021 e 2022. Hoje, a CN acompanha 118 gabinetes de 2º grau e cumpre 100% da meta estabelecida no indicador, que é apoiar 100% dos gabinetes das unidades que sinalizaram dificuldade durante as inspeções. Quanto ao 1º grau, a CN acompanha 140 unidades, tendo também cumprido a meta estabelecida para o período. **Indicador 12:** Índice de execução do plano de inspeções. Para 2022, a CN programou 21 inspeções, das quais 2 foram realizadas em parceria com o DMF. Uma inovação foi inspecionar o sistema nacional de adoção e acolhimento: uma equipe veio para o CNJ e foram inspecionados todos os tribunais de justiça. Essa é uma ação importante, pois fornece elementos para selecionar as varas que cuidam





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

da infância e juventude para as visitas in loco., sendo também relevante no monitoramento da alimentação do SNA e, mais a frente, realizar o cruzamento desses dados com o Datajud. **Indicador 13:** Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais. Nesse indicador, há ações importantes como: - A conclusão da implementação da coordenadoria de gestão de serviços notariais de registro; - A conclusão da instalação do agente regulador do operador nacional de serviço de registro de imóveis, que é uma atribuição dada por lei à CN; - O aprimoramento do sistema Apostil e o lançamento do apostilamento eletrônico em 3 de junho; - A erradicação dos sub-registros civis de nascimento: a CN continua a monitorar a implantação de unidades interligadas nas maternidades e hospitais em 700 municípios onde a situação é crítica, tendo, desde 2021, ampliado 160 unidades; - O projeto de gestão documental do extrajudicial, por meio do qual a CN, em parceria com o DTI, disponibilizará no site do CNJ um painel de concursos de delegação das serventias extras judiciais no Brasil, o qual encontra-se em fase final; - A atualização do sistema justiça aberta: há um módulo que verifica e faz o registro de todas as serventias extrajudiciais, desde o cadastro, do interino, do titular, da arrecadação. Estão aprimorando a ferramenta para geração de relatórios e a própria navegabilidade; - O banco de presidentes do extrajudicial: estão buscando um termo de cooperação com a Kollemata (sistema de dados baseado exclusivamente no rico repertório jurisprudencial administrativo e registral imobiliário), para também disponibilizar essa ferramenta do site do CNJ; - O apoio técnico aos Conselheiros para emissão de pareceres em relacionados ao foro extrajudicial;

### 5.5 Escritório Corporativo de Projetos – ECP

Cristina de Oliveira Winckler informou que os resultados foram: 43% no prazo, 25% parcialmente no prazo, 7% atrasados, 21% concluídos e 4% não mensurados. No período houve 12 objetivos estratégicos contemplados com projetos, sendo que deles, 2 se destacaram, uma vez que concentram 52% dos projetos: *fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital (9) e fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos (6).*



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Em 2022, 7 macrodesafios estão abarcados por projetos interinstitucionais, sendo que o macrodesafio *Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional* concentrou 31% dos projetos e Fortalecimento da Estratégia de TIC 24%. Em relação aos eixos prioritários da gestão atual, todos os 4 eixos encontram-se contemplados, especialmente o 4: Justiça 4.0 e Promoção do Acesso à Justiça Digital. Relativamente ao PMOJUD: o ECP, em parceria com o Pnud – Unops: estão realizando a revisão da Metodologia de Gestão de Portfólio e de Gestão de Projetos com foco em benefícios. O formato dependerá do caso concreto, podendo ser híbrido (tradicional ou adaptativo). Ademais, foi iniciada a trilha de capacitação com curso em Gestão de Benefícios e Pensamento Sistêmico. Para mais informações, acessar o Painel de Projetos Institucionais no site do CNJ ou na intranet

## 6. Considerações Finais

Dra. Dayse sugeriu que o formato das próximas RAEs possa ser repensado, no sentido de possibilitar uma maior troca de ideias entre as unidades e de ser menos expositivo.